

## Branquitude mestiça e a categoria parda

### Mixed Whiteness and the Parda Category

**Alesandra Oriente**

Mestra em Manejo e Conservação de Recursos Naturais  
Instituto Federal de Santa Catarina/Câmpus Caçador

[aleoriente5@gmail.com](mailto:aleoriente5@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0000-3614-7037> 

**Joana Célia dos Passos**

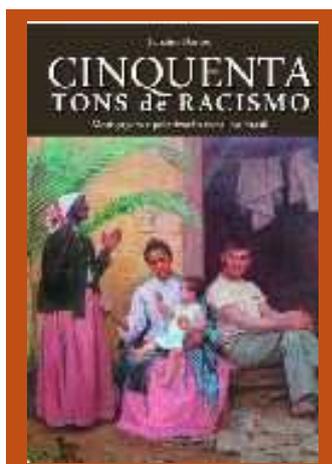
Doutora em Educação

Universidade Federal de Santa Catarina/ Centro de Ciências da Educação

[passos.jc@gmail.com](mailto:passos.jc@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-9946-7900> 

Informações completas sobre autoria estão no final da resenha 



BASTOS, Janaina. *Cinquenta tons de racismo: mestiçagem e polarização racial no Brasil*. São Paulo: Matrix, 2023.

**Palavras-chave:** branquitude; mestiçagem; racismo.

**Keywords:** whiteness; mixed; miscigenation; racism.

### Introdução

Nos últimos anos, o debate sobre as desigualdades raciais no Brasil tem se intensificado, as discussões extrapolam os muros da academia e passam a permear o cotidiano da população em geral. Com frequência nos deparamos com problematizações a respeito de identidades, pertencimento, política de cotas, colorismo, autodeclaração e comissões de heteroidentificação. Nesse sentido, a obra abordada nesta resenha apresenta importantes contribuições.

O livro intitulado *Cinquenta tons de racismo: mestiçagem e polarização racial no Brasil* é uma síntese da tese de doutoramento de Janaína Ribeiro Bueno Bastos, defendida em 2021, na faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo (USP). Em sua tese *Na trama da branquitude mestiça: a formação de professores à luz do letramento racial e os meandros da branquitude brasileira*, orientada pela professora Mônica Guimarães Teixeira do Amaral, Janaína Bastos segue os passos dos especialistas da questão racial no Brasil, tomando como campo de estudo a área da Educação, embora seu exercício seja voltar os olhos para o “outro lado”, investigando a branquitude brasileira e os lugares de privilégio que pessoas não negras, sejam elas brancas ou mestiças (muitas vezes lidas como brancas) ocupam. Essa é a base que dá origem ao livro.

Janaína Bastos é mestra e doutora em Educação pela USP e atua como pedagoga no Instituto Federal de São Paulo (IFSP), dedicando-se há mais de dez anos ao estudo do racismo e da branquitude no Brasil. Seu livro, com uma abordagem interdisciplinar, ampara-se em uma vasta bibliografia composta por grandes nomes, estudiosos brasileiros e estrangeiros, do campo das relações raciais e apresenta uma contextualização histórica a respeito da formação da sociedade brasileira, problematizando como o mito da democracia racial, atrelado ao projeto de branqueamento imposto no país, contribui para a negação do privilégio branco e para as desigualdades que decorrem do ideal de brancura. A autora dialoga com referências do campo da historiografia, sociologia, antropologia, psicologia, dos estudos culturais e inclusive com clássicos da literatura brasileira, como *O mulato*, de Aluísio Azevedo.

É válido destacar também o diálogo estabelecido pela autora com obras de arte concebidas no período do Brasil colônia até final do século XIX, todas retratando a diversidade de fenótipos e identidades brasileiras. A capa do livro, por exemplo, intimamente ligada ao texto, é composta pela imagem da pintura a óleo sobre tela intitulada *A redenção de Cam*, de 1895, do pintor espanhol Modesto Brocos. De acordo com a crítica, a obra, concebida em um contexto pós-emancipação do Brasil, revela a forte adesão ao racismo por parte da esfera pública à época e demonstra os planos de embranquecimento para a população brasileira (Lotierzo, 2013). O livro constitui-se importante obra para introduzir a discussão a respeito das teorias sobre relações raciais no Brasil aos leitores e leitoras que ainda não estão familiarizados com o tema, ilustrando, já na capa, a complexidade abordada por Janaína Bastos ao longo de todo o trabalho.

Além da obra escolhida para a capa, a autora lança mão de outras para delimitar seções do livro. A primeira seção, que corresponde à introdução, é aberta com a obra *Retrato de cavaleiro mulato*, de François-Xavier Fabre (cujas informações, infelizmente, são escassas), e tem como título “Não é o que parece”. A segunda seção é anunciada pela obra *O Derrubador Brasileiro*, do pintor brasileiro José Ferraz de Almeida Júnior, datada de 1879, e, coincidência ou não, a seção é intitulada “Arqueologia racial brasileira”, em que a autora discorre sobre a chegada dos colonizadores e as dinâmicas relacionais estabelecidas com os povos indígenas. Também do mesmo autor, foi utilizada a obra *Amolação Interrompida*, datada de 1894, que inaugura a seção intitulada “Branquitude”. Vale lembrar que Almeida Júnior ganhou destaque como artista plástico retratando em suas obras a figura do caipira, também associada à figura do caboclo, do caiçara e do sertanejo na cultura brasileira (Santos, 2019). Observa-se que essas são as únicas obras escolhidas por Janaína Bastos que não destacam a identidade racial do sujeito retratado.

Em seguida, sob o título “Pardo: um lugar incerto”, temos a obra *Homem mulato com arma e espada debaixo de um mamoeiro*, do pintor Holandês Albert Eckhout, datada do século XVII, anunciando a seção. Dele também é a última obra, intitulada *Mameluca*, datada entre 1641 a 1644, que apresenta o encerramento do livro, “É o que não parece”. O pintor, que esteve no Brasil na primeira metade do século XVII, destacou-se retratando uma tipologia de valor etnográfico sobre os habitantes do Brasil à época (Chicangana-Bayona, 2008).

Além do uso das imagens, as quais agregam grande valor interpretativo ao estudo realizado, a autora também trabalha uma linguagem muito acessível, alcançando o público que está além da academia e de pesquisadores da área. Janaína Bastos inicia suas reflexões problematizando a polarização racial no Brasil e, na sequência, trata da arqueologia racial brasileira, contextualizando o processo de mestiçagem desde a chegada dos portugueses, as relações com os povos originários e a intensificação do regime de escravidão com a chegada dos povos africanos. A autora discute também os dilemas dos mestiços, vistos inicialmente como sinônimos de uma etapa do branqueamento, posteriormente, como símbolos de degeneração e, finalmente, como triunfo, desembocando no contínuo de cor característico do cenário brasileiro e sua relação com o que Bastos nomeia como tendências polarizantes dos estudos das relações raciais no Brasil.

Baseada na tese de Lourenço Cardoso, a autora destaca que os estudos no campo das relações raciais no Brasil, inspirados pelo Projeto Unesco lançado no país nos anos 50<sup>1</sup>, seguem uma lógica binária entre branco e negro, reduzindo e invisibilizando a multiplicidade de identidades raciais que não dizem respeito necessariamente a essa dualidade como, por exemplo, os indígenas. De forma sucinta, ela define a branquitude como “uma forma de privilégio racial, e, ao mesmo tempo, central no imaginário sobre raça em nossa sociedade. Suas consequências implicam todas as pessoas, estejam elas conscientes ou não delas” (Bastos, 2023, p. 13).

Da mesma forma, define discriminação racial e preconceito como fenômenos que se ancoram na ideologia do racismo, a qual pressupõe a existência de raças humanas e a hierarquização entre elas. A autora refere-se ao racismo que floresce com a expansão do colonialismo europeu entre os séculos XV ao XVIII e evidencia que o colonialismo europeu foi um processo que, apesar de algumas similaridades, como a ideia de raça baseada na superioridade da raça branca, se desenvolveu de modo a acompanhar as especificidades geográficas, culturais, socioeconômicas do grupo colonizador e do grupo colonizado, resultando em um contexto de relações raciais com contornos complexos e distintos, inclusive nas diferentes regiões do próprio Brasil.

Ainda sobre a seção “Arqueologia racial brasileira”, enfatiza-se bastante os tipos de relações que foram se estabelecendo no território brasileiro, especialmente entre e indígenas e europeus, e explica como foi se constituindo o processo de mestiçagem, primeiro entre estes e depois intensificada com a escravização de povos africanos. Cabe aqui uma observação sobre a abordagem tímida da autora a respeito dos povos africanos, uma vez que a narrativa enfatiza mais a outras identidades, muito provavelmente porque ela procura ser coerente com a sua crítica em relação à dualidade que marca os estudos sobre relações raciais no Brasil. Contudo, a abordagem focada especialmente nos mestiços pode ser entendida como um alinhamento ao

---

<sup>1</sup> Após a Segunda Guerra Mundial e seus escabrosos resultados, a *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Unesco) demonstrou preocupação com o racismo ao redor do planeta e patrocinou uma série de pesquisas sobre relações raciais no Brasil. O país foi escolhido devido ao discurso de que aqui não havia preconceito racial, tendo em vista as relações harmoniosas entre a população miscigenada. Dentre os pesquisadores envolvidos estavam Florestan Fernandes e Roger Bastide, que desenvolvem estudo intitulado *Branços e negros em São Paulo*, a partir do qual refutam a leitura das relações inter-raciais harmoniosas, sustentadas especialmente por Gilberto Freyre, e contradizem o imaginário que afirmava a presença de igualdade no país. Posteriormente, é Florestan Fernandes quem denuncia a democracia racial brasileira como sendo um mito, já que, para ele, aqui se confunde tolerância com igualdade racial e a discriminação e preconceito sempre estiveram presentes no país.

discurso instituído pela ideologia da mestiçagem, que contribuiu de forma significativa para o apagamento da história do povo negro no Brasil.

Conforme Janaína Bastos demonstra no livro, a identidade dos mestiços, também entendidos como pardos, sempre foi objeto de disputa e atualmente não é diferente. Há aquelas pessoas autodeclaradas pardas que se reconhecem como negras e aquelas que se autodeclaram pardas, mas não se veem como negras. Podemos dizer que há um intenso movimento, inclusive de partidos políticos de extrema-direita, para cooptar esse grupo que se identifica como pardo ou mestiço, mas que não se vê como negro. A autora trata, ainda que de forma breve, sobre a decisão política de agregar pretos e pardos na categoria “negros”, como sendo uma invisibilização de outras identidades, embora ela não explique as motivações que levaram a essa tomada de decisão: pretos e pardos têm condições socioeconômicas muito similares e, no geral, ambos estão muito distantes do grupo de brancos.

É importante destacar que há instituído no inconsciente brasileiro um movimento de negação/aversão e distanciamento da negritude e de tudo que remete à África. Algo que Alberto Guerreiro Ramos, no texto *A patologia social do branco brasileiro* (1955), descreverá como um sentimento inferiorizante que faz com que os brasileiros lancem mão de toda sorte de artifícios e recursos para camuflar sua origem racial. Assim, o clamor pela identidade mestiça ou parda quase nunca é no sentido de exaltar a origem multirracial, mas sim, afirmar a “não negritude” ou o não pertencimento a esse grupo. A própria Janaína Bastos aborda em vários momentos a questão de o branqueamento ser visto como uma possibilidade entre os mestiços, especialmente na seção “Branquitude”, na qual ela discorre sobre o embranquecimento e a ambiguidade do mestiço, além do desejo de embranquecer ou medo de enegrecer. Nesta seção, Janaína destaca que, ao mesmo passo que o branqueamento é uma possibilidade para alguém com fenótipo ambíguo e poderá lhe trazer privilégios, o racismo incide com mais intensidade sobre o indivíduo com traços negros mais evidentes. Pode-se dizer que a violência, dor e privações causadas pelo racismo são alguns dos motivos que podem levar pessoas mestiças a se distanciar de sua negritude.

A leitura da obra também deixa evidente o fato de que, apesar da intensa miscigenação, sujeitos que apresentam traços ascendentes de brancura, e aqui vale ressaltar que a cor da pele não é o único elemento a demarcar essa brancura, mas sim um conjunto de elementos, podem usufruir de privilégios e reconhecimento social,

conforme a região e o contexto onde estão inseridos. É necessário frisar ainda que o que é compreendido como um privilégio, na maioria das vezes, é apenas o usufruto de direitos básicos de cidadania. Os privilégios mesmo ficam entre os branquíssimos. A autora encerra o capítulo destacando que a branquitude brasileira é composta pelos sujeitos branquíssimos, brancos, encardidos, conforme verificado por Lia Vainer Schucman (2012), mas também pelos quase brancos como os morenos claros, morenos e mestiços, de acordo com o grau de evidência dos traços europeus, posição econômica e padrão cultural. São os quase brancos, pois estes também experienciam a branquitude ao longo da vida.

Por fim, na seção “Pardo: um lugar incerto”, a autora vale-se de estudos do campo da Psicologia para tratar sobre as ambiguidades entre preconceitos e privilégios experienciadas por pessoas identificadas como pardas. Além disso, há destaque para a incerteza que recai sobre esses sujeitos ao se autoidentificarem, sobretudo por conta dos diferentes aspectos que permeiam a categorização racial não só no Brasil, mas em outras sociedades colonizadas. Ademais, a autora retoma dados de sua pesquisa de doutoramento e destaca que sujeitos que se autoclassificaram como brancos, conscientes de serem frutos de famílias inter-raciais, mesmo que em gerações muito anteriores, demonstraram certa insegurança ao se autoclassificarem, apesar do fenótipo branco, diferentes de outros brancos que participaram da pesquisa. Esse fato reforça a afirmação de que o brasileiro tem um desconforto em relação às suas origens raciais.

Outro ponto relevante apontado em seu estudo é que, mesmo em uma pergunta aberta sobre a autoclassificação racial, todos os participantes mencionaram as categorias adotadas pelo sistema de classificação do IBGE. Esse dado é fundamental para pensarmos até que ponto o nosso sistema de classificação racial é satisfatório para abarcar a nossa diversidade. É preciso destacar que o processo de identificação e definição de pertença racial é um processo multifatorial, impossível de ser abarcado por um instrumento de mensuração que defina de forma objetiva qual é o fenótipo de uma pessoa parda ou qual o fenótipo de uma pessoa preta, por exemplo, pois essa percepção pode variar a depender do contexto. Contudo, a historicidade do sistema de cor/raça adotado pelo IBGE reflete a história das relações raciais brasileiras, e a delimitação das categorias permite a leitura do perfil racial da população brasileira. Esse sistema garante a produção de uma série histórica de dados, facilitando, dentre outras coisas, a elaboração de políticas públicas para a proteção de segmentos vulnerabilizados da população.

Entretanto, é preciso dizer que ele não foi pensando para um contexto individual de concessão de direitos, como é o caso das ações afirmativas de recorte racial, por exemplo. Para garantir titularidade de direitos a pessoas beneficiárias de ações afirmativas de recorte racial, o sistema do IBGE precisa ser empregado com cautela, como a própria autora coloca, tomando outros instrumentos complementares como, por exemplo, as chamadas comissões de heteroidentificação. Essas comissões são um aparato empregado junto as políticas de ações afirmativas e têm o papel de validar o enquadramento fenotípico de pessoas beneficiárias de ações afirmativas de recorte racial na referida categoria de classificação à qual ela pleiteia concorrer. Nesse sentido, a autora faz questão de frisar que, embora a categoria parda seja voltada para sujeitos evidentemente mestiços, nem sempre esses sujeitos se entendem como negros, por isso a necessidade de cautela ao substituir as categorias de preto e pardo pelo termo negro. Isso se dá porque no Brasil o racismo é principalmente em relação ao fenótipo. Aqui, sujeitos com ascendência negra ou indígena, mas com predominância de traços fenotípicos brancos são lidos socialmente como brancos, por isso, desenvolvem identificação coletiva com esse grupo.

No encerramento do livro, sob o título *“É o que não parece”*, Janaína Bastos afirma que no Brasil opera uma branquitude mestiça tendo em vista que esse lugar pode ser ocupado pelos mestiços. Destaca também o papel da mestiçagem e do branqueamento no apagamento das identidades no Brasil, apontando para o que ela chama de processo de resgate de identidades que está em curso. Para a autora, o processo se constrói pela via da polarização e nem sempre corresponde à realidade cotidiana. Aqui, é fundamental fazermos dois apontamentos não explorados pela autora no livro. Primeiro, de acordo com a perspectiva dos estudos culturais, especialmente os estudos de Stuart Hall, as identidades não são fixas, são processuais, fluidas, em constante transformação ao longo do tempo, de modo que são atravessadas pela vivência de cada sujeito, portanto, é difícil pensar em um resgate de algo que está em constante construção. Em segundo, é preciso dizer que essas multiplicidades de identidades que surgem no Brasil ao longo da constituição do país originam-se a partir da necessidade dos mestiços de diferenciar-se e distanciar-se do status de escravizado e de tudo que remete à África (Viana, 2009).

Nesse sentido, é importante refletirmos se essa polarização apontada pela autora não está sendo pensada a partir de uma idealização do negro, um essencialismo da negritude, tema não abordado no texto talvez pelo fato de seu foco de pesquisa ser a

branquitude. A construção de um sujeito negro ideal e estereotipado, mais um dos artifícios do racismo, leva as pessoas negras de fenótipos diversos a não se reconhecerem como tal, resultando na recusa da identidade, afinal, a negritude está ligada a um passado de escravidão, um lugar muito distante do ideal de sujeito preconizado pela meritocracia.

Nas palavras de Kabengele Munanga (2021), a constituição da identidade negra fica muito prejudicada em uma sociedade escravagista que lhe nega o estatuto de indivíduo, relegando a pessoa negra à condição de coisa e isso impacta diretamente na sua identidade social e sentimento de pertencimento ao grupo de pessoas negras. Por isso, “em vez de se constituírem como indivíduo no interior do grupo social como um todo, pelas identificações com seus semelhantes sociais negros”, desenvolvem um horror ao se identificar com o grupo negro, pois esse grupo representa uma humanidade inferior da qual queria fugir (Munanga, 2021, p.25).

É relevante apontar também que, apesar de a autora não fazer essa relação, a intensificação do debate sobre as identidades raciais em curso atualmente é fruto do caráter pedagógico das políticas assumidas pelo Estado brasileiro a partir da criação da Secretaria Especial de Políticas para a Igualdade Racial – SEPIR, em 2003, e das ações afirmativas instituídas no país há mais de 20 anos. A propósito dessas observações, a obra traz grandes contribuições para o debate sobre as relações raciais no tecido social brasileiro.

## Referências

CHICANGANA-BAYONA, Yobenji Aucardo. Os Tupis e os Tapuias de Eckhout: O declínio da imagem renascentista do índio. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, vol. 24, nº 40: p.591-612, jul/dez 2008. Acesso em: 01 ago. 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/r8DR44b7HDQwtCQLVHNztZn/>

LOTIERZO, Tatiana Helena Pinto. **Contornos do (in)visível: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Acesso em: 03 ago. 2024. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/e87c8569-911e-4611-8cdd-a35b967df99f>

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. 3. ed. Belo Horizonte: Ufmg, 2023. 399 p. Org. Liv Sovik. Tradução Adelaine La Guardia Resende.

MUNANGA, Kabengele. Prefácio. In: NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021. p. 23-29.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Negro sou**: a questão étnico-racial e o brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 2023. 319 p.

SANTOS, Rodrigo Lourenço. **A construção da representação do caipira em fase regionalista de Almeida Junior 1893 - 1899**. 2019. Dissertação. Programa de Mestrado em História Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019. Acesso em: 01 ago. 2024. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/items/e87c8569-911e-4611-8cdd-a35b967df99f>

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese. Programa de Pós-Graduação em Psicologia - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012. Acesso em 07 ago. 2024. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>

VIANA, Larissa. **O idioma da mestiçagem**: as irmandades de pardos na América portuguesa. Campinas - Sp: Editora Unicamp, 2007. 238 p.

## NOTAS

### AUTORIA

#### **Alesandra Oriente**

Mestra em Manejo e Conservação de Recursos Naturais  
Instituto Federal de Santa Catarina/Câmpus Caçador

[aleoriente5@gmail.com](mailto:aleoriente5@gmail.com)

<https://orcid.org/0009-0000-3614-7037> 

#### **Joana Célia dos Passos**

Doutora em Educação

Universidade Federal de Santa Catarina/ Centro de Ciências da Educação

[passos.jc@gmail.com](mailto:passos.jc@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0001-9946-7900> 

## CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

### FINANCIAMENTO

Não se aplica.

### CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

### APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

### CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

### LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **INTERthesis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a licença *Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International*. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. Publicação no Portal de Periódicos UFSC. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### EDITOR

Daniel Serravalle de Sá

### HISTÓRICO

Recebido em: 23-02-2025 – Aprovado em: 25-02-2025 – Publicado em: 30-02-2025